

ENTREVISTA COM ALCIDES COSTA VAZ

Por Jorge Vasconcelos

“Trump já interfere nas eleições do Brasil”

Professor da UnB alerta que debate sobre terrorismo já influi na corrida eleitoral

Reprodução/vídeo



Para Alcides Costa Vaz, Trump tenta pressionar debate sobre segurança nas eleições

Na quinta-feira (12), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes votou atrás e resolveu proibir uma visita assessor sênior do governo Donald Trump para políticas relacionadas ao Brasil, Darren Beatti, ao ex-presidente Jair Bolsonaro na prisão. Tal visita, poré, se acontecesse, seria parte de uma articulação para favorecer adversários do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de outubro. Nessa articulação também a classificação do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas. A análise é de Alcides Costa Vaz, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB) e ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Em entrevista ao Correio da Manhã, o especialista avalia que a estratégia do governo Donald Trump é desgastar o petista com a pauta da segurança pública.

Nas últimas semanas, os Estados Unidos vêm ameaçando classificar facções criminosas brasileiras como organizações terroristas. O senhor acha que há a possibilidade de uma ofensiva militar dos EUA contra o território brasileiro?

De uma forma imediata, em um curto prazo, não. É claro que essa classificação traz um risco, mas não vejo isso de uma forma imediata. Eu acho que é uma forma de pressionar o governo brasileiro. No médio prazo, o que decorre dessa classificação é uma atualização de uma preocupação antiga do governo norte-americano de militarizar o enfrentamento ao tráfico de drogas, ao terrorismo, ao crime organizado. . Num médio prazo, sim, há preocupações com a soberania brasileira.

Que interesses podem estar por trás dessa questão? Interferir nas próximas eleições no Brasil?

Sem dúvida, um dos propósitos é ter uma influência, ou seja, propiciar que esses temas sejam um ponto forte da agenda do debate público no período eleitoral.

Darren Beattie, conselheiro sênior para Políticas sobre o Brasil no Departamento de Estado dos EUA, pretendia visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na prisão. Faria parte desse contexto de pressão?

Sim. E de articulações políticas visando, de alguma forma, a colocar o governo brasileiro numa posição defensiva nesse tema.

Como o senhor avalia a atuação da diplomacia brasileira para defender a soberania do país diante das ofensivas de Trump, desde o tarifaço até agora?

Na minha avaliação ela atua relativamente bem. Nós conseguimos, de alguma forma, mitigar os

efeitos do tarifaço, levar o governo norte-americano também a retroceder, e temos essa perspectiva de uma visita de Estado do presidente Lula. E esse tema será muito importante. Até o momento, de uma forma geral, ao lidar com o governo Trump, a diplomacia brasileira tem se conduzido bem. Agora vejamos em relação a essa capítulo específico, porque, nesse tema, pode ser que a disposição dos Estados Unidos de retroceder, de fazer concessões ou de protelar não seja tamanha.

As Forças Armadas brasileiras têm uma parceria histórica com os Estados Unidos. Em caso de uma ofensiva americana contra o Brasil, o senhor acha que os militares brasileiros se empenhariam em defender o país?

Sim. Porque essa é a missão essencial, eles são formados e treinados para isso. Não me parece que uma questão de convergência ideológica diante de uma ação direta à soberania nacional através de uma ação armada levasse as Forças Armadas brasileiras a serem condescendentes.

O Exército Brasileiro utiliza serviços da Starlink, de Elon Musk, aliado de Donald Trump, para comunicações via internet por satélite em operações e exercícios militares em áreas remotas. Isso representa alguma ameaça?

É uma imensa vulnerabilidade do Brasil. Uma vulnerabilidade que pode ser explorada. Mas, antes de tudo, na origem, é antes uma vulnerabilidade.

Que tipo de ameaça, por exemplo?

Ameaça, por exemplo, de interromper o fluxo de informações. Isso é uma parte de uma infraestrutura crítica. Se essa rede de radares e telecomunicações fosse nossa, seria uma infraestrutura crítica nacional crítica, mas não é. Pertence a um cidadão e a uma empresa americanos.

Quais lições o atual cenário geopolítico mundial trazem para os responsáveis pelo sistema de defesa do Brasil?

Eu acho que a maior delas é que temos que robustecê-lo. O sistema de defesa brasileiro, como comentávamos há pouco, é muito limitado. Ele está aquém das necessidades militares, aquém das tendências que nós observamos nos conflitos atuais, nos conflitos em curso; mísseis, drones, armas de precisão, comunicação satelital, defesa antiaérea.

O senhor avalia que a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil estão de acordo com as necessidades de defesa do país no cenário geopolítico atual?

A Política Nacional de Defesa é um documento maior, principal. Ela define grandes objetivos, e a estratégia é a forma de operacionalizar esses objetivos. Esses documentos têm sido revisados, atualizados. Eu acho que eles estão alinhados, pelo menos em relação ao diagnóstico, com as nossas necessidades. O que nós não dispomos são os recursos para tornar essas políticas e as orientações preconizadas na Estratégia Nacional de Defesa em realidade. Tanto a política quanto a estratégia têm níveis de ambição bem significativos, porque fazem uma leitura dentro das necessidades do

Brasil, no cenário internacional, das necessidades do Brasil. Agora, nós não dispomos de orçamento, e de um orçamento principalmente voltado para investimentos. É bastante sabido que praticamente três quartos do orçamento brasileiro são gastos com pessoal e custeio, e uma fração pequena, de menos de dez por cento, é investimentos, que é o que é preciso para modernizar e ampliar nosso aparato de defesa.

Sobre a guerra no Irã, como o senhor avalia a decisão do governo Trump de lançar os ataques com a justificativa de que o país islâmico estava a caminho de produzir uma bomba atômica?

A justificativa do governo Trump de que o Irã estava prestes a obter um artefato nuclear carece de evidências concretas. Quer dizer, ele fez essa justificativa mas não apresentou nenhum elemento tangível. Aliás, a própria Agência Internacional de Energia Atômica, observadores internacionais têm consciência de avanços no programa nuclear iraniano, mas nenhum indicativo da iminência de obter um artefato nuclear. Nos recorda muito o mesmo tipo de justificativa dada para a invasão ao Iraque no início dos anos 2000, quando o então o presidente George Bush alegou que o regime de Saddam Hussein detinha armas de destruição em massa, depois se comprovando que não havia a existência desse tipo de armamento na forma com que os norte-americanos sustentaram. Então, é muito mais uma justificativa que carece realmente de evidências que a suportem.

O senhor acha que estamos

próximos de uma terceira guerra mundial?

É importante reconhecer que o mundo atravessa um momento muito delicado, de muita insegurança, de muita volatilidade e instabilidade do ponto de vista internacional. Temos como pano de fundo uma disputa entre Estados Unidos e China por uma condição de hegemonia global, uma disputa que se estende também ao campo militar. Nós temos níveis de armamentismo, de gastos militares e armamentismos inéditos, e isso engaja todas as grandes potências, assim como também países do chamado sul global, e praticamente se expressa em todas as regiões do planeta. E temos importantes conflitos em curso. A guerra da Ucrânia, que envolve essencialmente a Rússia, uma grande superpotência militar e as forças da OTAN, as quais são lideradas pelos Estados Unidos, engajando também as grandes potências europeias, que são parte da aliança, e agora a guerra no Irã. Um fator determinante para pensarmos nessa possibilidade de uma terceira guerra mundial é o engajamento da China em alguns desses conflitos em curso, ou em um novo conflito. Isso até o momento não se produziu, e me parece que é um fator chave para pensarmos nessa possibilidade, claro, que não desejamos, de uma terceira guerra mundial.

O senhor vê alguma possibilidade de arrefecimento dessas tensões?

Nesse momento há uma forte proatividade militar norte-americana em combate, da Rússia, também em combate, de países europeus apoiando a OTAN no seu enfrentamento e apoiando a Ucrânia na sua resistência à invasão russa, e vemos esse esforço dos Estados Unidos também arrebanharem apoios para ação militar no Irã. E até esse ponto a China tem conseguido se manter não vinculada, se mantendo como não parte beligerante nenhuma dessas situações. E oxalá, assim permaneça. Não creio que esses níveis de instabilidade do ponto de vista militar, estratégico e da conflitividade em curso venham a diminuir no cenário de curto prazo ou até mesmo de médio prazo. Essa tendência ao armamentismo abastece, nutre essa possibilidade de ainda persistência de conflitos armados desses mesmos que estão agora em curso e que ainda se configuram como fundamentalmente grandes conflitos regionais, um no coração da Europa, o outro no Oriente Médio. Então, não se pode excluir a possibilidade de um aprofundamento, uma intensificação desses conflitos, e até mesmo de uma oposição mais direta entre Rússia e Estados Unidos, em algum ponto entre Estados Unidos e China, mas não vejo essa possibilidade do ponto de vista de um conflito bélico, de um conflito militar, entre as duas grandes superpotências existentes nesse momento num cenário de curto e médio prazo.